

CONCEITOS E TIPOS DE RESENHA¹

Prof. Teófilo L. de Lima (limateo@bol.com.br – lima.teo@hotmail.com)

Resenhar consiste em examinar e apresentar o conteúdo de obras prontas, acompanhada de avaliação crítica do resenhista e consiste no nível mais elementar da pesquisa científica exploratória, pois o texto já está pronto.

A resenha é um trabalho feito por profissionais de sólido conhecimento na área científica na qual atua, já que demanda olho clínico e autonomia intelectual, sendo, em muitos casos, no ensino superior, utilizada como um importante exercício de iniciação científica, uma vez que o contato com obras já prontas oportuniza o contato com o mundo da ciência propriamente dita.

Para a elaboração de uma resenha, o autor deve, a exemplo de outros trabalhos acadêmicos de cunho científico, ser orientado por métodos, princípios e técnicas aceitos pela ciência, sob pena de descaracterizar o trabalho ao qual se propõe. Neste caso, deve-se tomar cuidado, inclusive com a representação gráfica da resenha, mas não exclusivamente, pois, o conteúdo, em si, é a parte de maior relevância.

O texto da resenha não deve ser muito extenso, nem tampouco, sintético em demasia que não permita a compreensão do leitor, todavia, não há uma medida exata para delimitar o texto da resenha com o propósito de proporcionar autonomia e liberdade de expressão por parte do resenhista. Mesmo assim há, com a intenção de estabelecer um certo padrão, uma estrutura que deve ser considerada, isto é, a resenha possui elementos essenciais que não podem ser ignorados na elaboração dos textos.

Há vários tipos de resenhas, a depender dos objetivos do trabalho:

- a. **Resenha bibliográfica** – caracteriza-se pelo exame sobre um determinado fato ou fenômeno, estudado em profundidade por vários autores, o que possibilita um tratamento qualitativo pela diversidade de obras consultadas. É uma espécie de levantamento bibliográfico ou revisão de literatura.
- b. **Resenha crítica** - caracteriza-se pelo exame crítico sobre um determinado fato ou fenômeno, a partir de um determinado autor. Trata-se de uma análise crítica elaborada sobre um texto.

¹ Elaborado por Evaldo Inácio Delgado. ULBRA/Ji-Paraná.

- c. **Resenha informativa** – Trata-se de expor o conteúdo do texto resenhado com a maior objetividade possível. Não exige uma análise crítica.
- d. **Resenha histórica** – Trata-se de uma exposição de fatos, segundo sua trajetória temporal. É objetiva e dispensa a análise crítica do autor da resenha.

1.1 Partes essenciais da resenha

- a. **Identificação da obra** – Deve constar no alto da primeira página da resenha, em um texto formatado e sem parágrafo, escrito numa distância de 6 cm da margem e inclui: o nome do autor; o título da obra (destacado); o subtítulo, se houver; a impressão (local, editora e data) e o total de páginas resenhadas. Isto, em se tratando de livro, pois para outros tipos de textos, seguir as normas da ABNT.
- b. **Título da obra:** De preferência centralizado e destacado, escreve-se o título da obra e o subtítulo, se houver.
- c. **Credenciais do autor resenhado** – Em um texto, destaca-se as principais informações sobre o autor, de outro modo, trata-se de uma pequena biografia sobre o autor resenhado, constando: nome completo; naturalidade; data de nascimento; data de falecimento, se for o caso; área de estudo e pesquisa; obras publicadas; trabalhos desenvolvidos; vínculo acadêmico; contribuições relevantes. Normalmente estas informações estão na própria obra resenhada.
- d. **Síntese** – Trata-se de um texto escrito com as principais informações sobre o material resenhado. Pode-se acrescentar pormenores, desde que sejam importantes para o entendimento do texto resenhado.
- e. **Apreciação da obra (análise crítica)** – Trata-se de uma análise crítica da obra, considerando a sua determinação histórica e metodológica (dizer a data em que foi escrita e de que tipo de literatura ela trata. Identificar se é um trabalho jornalístico, científico, didático, etc.). Esta parte da resenha também é reservada para comentar sobre as contribuições da pesquisa para a ciência, para acadêmicos, professores e para a comunidade de um modo geral. Aproveita-se para escrever sobre o estilo, a forma e os méritos da obra. Esta crítica deve ser elaborada, levando em consideração os preceitos da ética e da moral.
- f. **Indicação da obra** – É um pequeno texto no qual o resenhista faz uma breve apresentação da obra resenhada e do respectivo autor. Também deve ser feita uma indicação do público alvo, conforme o teor do

conteúdo. Alguns autores, preferem incluir esta parte no item 3 (conteúdo).

- g. **Credenciais do resenhista** – Em um breve texto, o resenhista deve apresentar suas principais credenciais, considerando a finalidade da resenha, em outras palavras, se a resenha é para fins de atividade meramente acadêmica, deve-se apresentar: nome completo, curso, disciplina, professor. Caso queira, pode-se acrescentar outros dados pessoais ou profissionais. Para outros fins, apresenta-se as principais publicações do autor da resenha, a sua formação e as atividades desenvolvidas na área.

Ao elaborar uma resenha, o seu autor poderá apresentá-la de duas maneiras: expor o texto resenhado em um único tópico ou, se preferir, poderá separá-la em vários itens, destacando cada uma de suas partes. Para os iniciantes, é recomendável elaborar a resenha apresentando-a em tópicos separados. Abaixo seguem dois modelos de resenhas. Um escrito em um único tópico e outro, apresentado nos seus diversos itens.

1.2 Exemplos de resenhas

a. Modelo nº 1 (Resenha crítica)

LÜCK, Heloisa [et al.]. **A escola participativa: o trabalho do gestor escolar**. 5.ed. Rio de Janeiro, DP&A, 2001. 166 p.

A escola participativa: o trabalho do gestor escolar.

Credencial dos autores:

Robert Girling e Sherry Keuth possuem o título de Ph. D. da Universidade de Stanford nos Estados Unidos da América e são acadêmicos internacionalmente reconhecidos. Lecionam atualmente no sistema universitário do Estado da Califórnia. O livro deles, *Education management and participation* (1991) serviu para introduzir as noções de gestão participativa nos Estados Unidos. Trabalharam, de 1995 a 1997, como professores visitantes, no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Bahia.

Kátia Siqueira de Freitas é professora da Universidade Federal da Bahia e Ph.D. da Universidade do Estado da Pensilvânia (EUA). Tendo como meta o

ensino público sob a característica democrática, implantou na Bahia o Programa Gestão Participativa que funciona desde 1996.

Heloisa Lück é Ph. D. da Universidade de Columbia (EUA) e é professora na Pontifícia Universidade Católica do Paraná e Coordenadora Nacional da Rede Nacional de Referência em Gestão Educacional – RENAGESTE.

Síntese:

O livro composto por artigos de 4 autores de reconhecido trabalho na área da gestão escolar, trata com clareza e objetividade das experiências que acumularam enquanto profissionais da educação e, também, enquanto pesquisadores membros de universidades brasileiras e de outros países.

No primeiro artigo, escrito por Heloisa Lück, há um histórico sobre os principais trabalhos detectados pela autora e é relacionado à gestão participativa. Segundo a autora, o trabalho fundamentado nessa vertente ainda é embrionário e a solidez fica restrita a um número reduzido de escolas. No caso do Brasil, a intenção em implementar uma política educacional envolvendo toda a comunidade escolar, desde o planejamento até a avaliação, passando pela sua execução teve início na década de 1980 e mesmo transcorridos 22 anos não se pode falar que as escolas brasileiras possuem uma administração descentralizada.

Para a autora os percalços são de ordem política e sócio-cultural. Não temos uma história com princípios democráticos e, por essa razão, a escola é o protótipo da sociedade na qual está inserida. Segundo ela, a descentralização da gestão escolar é fundamentada em três vertentes, sendo: participação da comunidade escolar na seleção dos diretores da escola; criação de um colegiado que tenha tanto autoridade deliberativa, quanto normativa, isto é poder decisório; repasse de recursos financeiros às escolas e conseqüentemente, aumento de sua autonomia.

O movimento pela gestão democrática promove a redistribuição das responsabilidades em favor da educação de qualidade para os usuários da escola. Nesse caso, a participação de todos é necessária para, de fato, poder enquadrar a escola nos preceitos da democracia.

Para Lück (2001) a participação se caracteriza pela força de atuação consciente, onde os atores do processo de escolarização estejam convictos do que fazem e da necessidade de uma atuação direta e ininterrupta.

A autora finaliza o seu artigo apresentando alguns pontos a serem assumidos pela escola no sentido de estabelecer o caráter democrático e participativo nas escolas. Ela chama esses pontos de “lições da escola participativa” (LÜCK, 2001, p. 29).

No segundo artigo, escrito por Kátia S. de Freitas, a discussão gera em torno da redefinição do papel do gestor escolar e define a relação social na escola que, segundo ela, é responsável pela articulação com a cultura: diretor autoritário gera hostilidade e torna o clima inadequado para o ensino e para a

aprendizagem, enquanto que um diretor democrático pode reestabelecer o clima de confiança e de solidariedade, proporcionando um trabalho harmonioso e de qualidade. Para a autora, os líderes são os responsáveis pela sobrevivência das organizações escolares.

Para viabilizar a formação de líderes democráticos a autora propõe algumas características que julga importante que o diretor tome conhecimento e as tenha para si. Também nomeia os estilos de liderança: diretiva, instrutiva, de auxílio, delegada.

A autora comenta cada um dos estilos de liderança e ao final oferece algumas sugestões para que os diretores da escola se tornem um líder democrático e que objetive a autonomia dos atores escolares.

O terceiro artigo também aborda a questão da qualidade do ensino e as características de liderança do diretor. Mais uma vez há uma comprovação de que a gestão democrática promove a participação consciente dos professores, alunos e da comunidade. Com isso há maiores probabilidades de resolver os problemas e atender as necessidades dos alunos e professores. Ficou claro de que o chamamento da comunidade para participar do planejamento escolar e para a resolução de problemas contribuem para a obtenção da eficácia do trabalho escolar.

No caso da escola pesquisada, a proposta de trabalho tem que ser oferecida de maneira que atenda as reais necessidades de seus usuários. Igualmente à escola do segundo artigo, houve uma expressiva melhoria na aprendizagem dos alunos após a adoção dos programas planejados coletivamente. Além disso, houve uma redução nos índices de evasão e repetência, além de buscar o comprometimento dos alunos e funcionários e da comunidade em geral, sendo que em lugar de indisciplina e violência, a escola passou a usufruir de um clima solidário, conseguindo solucionar boa parte dos problemas que impediam a educação escolar dos alunos.

O autor propõe uma série de medidas que deve ser adotadas no caso do diretor optar pela gestão democrática. No quarto artigo há um paralelo entre a gestão centrada no diretor que se fundamenta na administração clássica e a gestão participativa. Em escolas que se enquadram no primeiro modelo, a administração segue características de linearidade, fragmentação e visão mecânica das relações que ocorrem no interior da escola.

No segundo modelo, estão as escolas comprometidas com a participação de todos para o alcance dos objetivos, superando os pressupostos autocráticos. Na relação entre os dois modelos, o artigo vai delineando as vantagens das escolas democráticas, dando ênfase ao trabalho coletivo, enquanto que nas escolas autocráticas, os resultados do trabalho escolar, nem sempre são de boa qualidade. A avaliação é uma ferramenta utilizada com frequência para mensurar o desempenho de cada seguimento da escola. Os resultados obtidos são analisados e discutidos para encontrar melhores programas de trabalho.

Na segunda parte do livro há Estudos de Caso apresentados pelos autores com a intenção de oferecer uma amostra empírica de como articular a gestão

participativa com a situação atual das escolas públicas, principalmente. Os autores sugerem que os Estudos de Caso sejam lidos e comentados por pequenas equipes nas escolas e, posteriormente, se realize um encontro entre todos para o fechamento das discussões, fazendo surgir idéias de como aproveitar esse estudo para a melhoria da escola interessada em uma administração democrática.

Apreciação

Cada vez mais, urge a necessidade de uma escola construída para servir aos interesses da comunidade e não simplesmente para ensinar uma elite escolhida para a obtenção do sucesso. Com esse princípio a escola deve estar aberta à participação coletiva de todos que compõem a comunidade escolar. Os autores expressaram com propriedade o conceito de escola Participativa que é uma forma de gestão democrática e no desenvolver dos artigos ofereceram uma série de demonstrações de como implementar essa escola. Depois da leitura, ficam poucas dúvidas com relação aos pontos favoráveis nas escolas democráticas.

A leitura é fácil e envolvente, cada página faz crescer a vontade de se aprofundar na leitura e não tem como retroceder na análise dos escritos.

Indicação da obra

A obra deve ser estudada e não apenas lida por todos os professores, gestores escolares, pais de alunos e, inclusive pelos próprios alunos. Creio que este livro deva fazer parte da bibliografia de todo bom educador universitário, assim como dos acadêmicos dos cursos de licenciatura.

Dados do resenhista

Esta resenha foi elaborada por Evaldo Inácio Delgado, professor universitário e coordenador do curso de Pedagogia do Centro Universitário Luterano de Ji-Paraná. É mestre em Educação pela Universidade Federal de São Carlos-SP. É escritor e poeta.

b Modelo nº 2 - (Resenha informativa)

CITELLI, Adilson. **Linguagem e persuasão**. 6.ed. São Paulo: Ática, 1993.

Resenhado por Eduardo Rosa de Almeida, acadêmico do curso de Letras da Faculdade Porto-Alegrense de Educação, Ciências e Letras.

Linguagem e persuasão

Hodiernamente fala-se muito em propaganda/marketing, ou seja, em estratégias e artifícios usados para vender uma imagem, um produto. Entretanto, não podemos esquecer, ao utilizar tais estratégias, fazemos uso da palavra articulada ou escrita e modo a fazer crer ou aceitar o que estamos manifestando. Essa maneira persuasiva da linguagem com que induzimos nosso interlocutor (cliente) e usar com frequência até mesmo em discussões entre amigos, nas quais queremos fazer valer nosso ponto de vista. Quando isso acontece é possível afirmar que estamos “vendendo nosso peixe”, somos “marketeiros” desta ou daquela ideologia. Citelli, no seu livro, coloca em questão essa modalidade persuasiva da linguagem, desde a arte retórica até a arte moderna.

Antes de falar em retórica, ele questiona se existe informação sem persuasão. É claro que não, pois somos diferentes um dos outros, bem como temos interpretações díspares. Aquele que informa sempre acrescenta ou suprime algo, deixando implícita sua intenção. Exemplo disso é dado quando o narrador futebolístico informa o placar do jogo (resultado verdadeiro), mas de maneira persuasiva leva telespectador ou ouvinte a crer que a partida está fácil ou difícil, dando ou tirando-lhe, através da entonação da voz, a esperança de um outro resultado. Ao longo do livro, de maneira didática, Citelli reforça essa idéia com farta exemplificação, dizendo que não existem discursos desprovidos de persuasão, mas sim graus maiores ou menores desta. Onde será que tudo começou?

A preocupação com o domínio da expressão verbal teve início na Grécia, sendo até mesmo implantada nas escolas, mas acabou por ser confundida como embelezamento lexical e teve esquecida por força persuasiva. Após uma primeira tentativa de sistematização, Aristóteles dissecou o discurso em sua estrutura e funcionamento na obra “Arte Retórica”, que é apontada como manual clássico sobre os estudos retóricos e guia de como fazer um texto persuasivo. Ele define a retórica como ciência que estuda os mecanismos utilizados para fazer algo ganhar dimensão de verdade. Urge então, ressaltar que a persuasão não é sinônimo de mentira ou engodo, ela está calcada no ato de convencer alguém de algo que não pode ser verdadeiro, mas parece verdadeiro, verossímil. E para um discurso ser verossímil, Aristóteles afirma que o mesmo deve conter um exórdio

(chamamento para a questão a ser explanada ou introdução), narração ou desenvolvimento, provas que sustentem a argumentação e a peroração ou conclusão. Hoje em dia os estudos retóricos passaram a receber novas abordagens, em especial no que diz respeito às figuras de linguagem, como a metáfora e a metonímia, que têm como função “redefinir um determinado campo de informação, criando efeitos novos e que sejam capazes de atrair a atenção do espectador” (p.20).

Mas qual a relação do signo com o discurso e deste último com a persuasão? Total, na medida em que é através da inter-relação dos signos que se produz a frase, o período, o texto e, por sua vez, o discurso. Segundo Saussure, o signo é composto pelo significante, ou seja, o aspecto concreto ou a imagem acústica que o torna legível ou audível, e pelo seu significado conceitual convencionado, isto é, a apresentação mental a que o significante nos remete. Para ele o signo é arbitrário devido ao fato que a convenção significacional foi feita sem ter relação com a combinação sonora das palavras. Outro lingüista, Emile Benveniste, afirma que tal convenção se deu pela necessidade de nomear os objetos, deixando a arbitrariedade num segundo plano. Ora, como o signo é de fato, o mediador da comunicação, a escolha, o modo de articula-lo e organiza-lo poderá, segundo Citelli, determinar a direção que o discurso irá tomar, bem como o seu grau de persuasão. Não podemos, porém, desconsiderar que a língua e o signo são utilizados conforme o contexto e a intenção, assumindo assim múltiplos significados que fogem ao sentido literal e primeiro. Se o signo determina as direções do discurso, é necessário que se abordem aqui, mesmo que sucintamente, os tipos de discursos e seus graus de persuasão.

O autor aponta ainda a existência de um discurso dominante ou institucional, que utiliza como provas de argumentação signos fechados advindos das instituições sociais maiores (judiciário, igreja) e menores (família, sala de aula), bem como de um discurso autorizado, que é assegurado pela competência previa de quem discursa. Quem fala possui autoridade no assunto, e isso lhe confere grande credibilidade. No que diz respeito às modalidades discursivas, o autor apresenta o discurso lúdico, polemico e autoritário. Na sua ótica, o discurso lúdico constitui-se numa forma discursiva mais aberta e democrática provida de um grau menor de persuasão, que, por sua vez, quase desaparece em certos casos. utiliza-se de signos mais abertos e, portanto, polissêmicos. Trata-se da produção artisticamente literária. Já o discurso polêmico é aquele que possui um certo grau de instigação, visto apresentar argumentos que podem ser contestados, isto é, quem discursa insita a polêmica, pois domina o assunto, e os possíveis questionamentos se tornam recursos que a supremacia do seu ponto de vista. A terceira e última modalidade discursiva apontada é o discurso autoritário. É a formação discursiva por excelência persuasiva. Possui signos fechados, e a relação emissor/receptor quase inexistente, sendo que a este último não é concebida a possibilidade de interferência. É,

segundo Citelli, “a forma discursiva na qual o poder escancara suas formas de dominação” (p.39)”.

Sem dúvida, trata-se de um livro instigante e esclarecedor para todos aqueles que pretendem manejar com sapiência a própria linguagem, sejam professores, futuros professores, publicitários, jornalistas, enfim, todos que fazem ou farão do uso da linguagem seu instrumento de trabalho.

No final do livro, além de elucidar questões quanto ao significado da linguagem persuasiva, aos modos de persuasão e à articulação do procedimento persuasivo, o autor traz diversos exemplos de textos persuasivos (no discurso publicitário, no discurso religioso, na literatura) com os quais propõe esquemas de análise para verificarmos os diferentes graus de persuasão presentes nesses textos. Quanto à questão sobre a existência de informação desprovida de persuasão, Citelli afirma que o “elemento persuasivo está colado ao discurso como a pele ao corpo” (p.6).

c. Modelo nº 3 (Resenha crítica)

BASSO, Maristela. Terrorismo e violação dos direitos humanos: crise e necessidade de revisão do direito internacional. In:___ MENEZES, Wagner (Org.). **O direito internacional e o direito brasileiro: homenagem a José Francisco Rezek**. Ijuí: Unijuí, 2004. p.205-224.

TERRORISMO E VIOLAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS: CRISE E NECESSIDADE DE REVISÃO DO DIREITO INTERNACIONAL

Credencial dos autores:

Maristela Basso, autora o texto intitulado “Terrorismo e violação dos direitos humanos: crise e necessidade de revisão do direito internacional”, publicado como capítulo na obra organizada por Wagner Menezes (O direito internacional e o direito brasileiro: homenagem a José Francisco Rezek, 2004, UNIJUÍ).

Síntese:

O texto tem como abordagem central a prática de atos terroristas e o Direito Internacional. Inicialmente, estabelece relação entre o *Direito e Poder*, onde a autora evoca princípios freudianos, relaciona a expressão *poder* por *violência*, como comportamento natural das espécies animais, não se excluindo o homem.

Prossegue delineando a evolução do comportamento humano para a prática da dominação, tendo o emprego da força como forma de dirimir situações conflituosas, iniciando com uma simples divergência de opinião até o emprego da força. Numa visão evolucionista, atos violentos praticados pelo ser humano sempre esteve pautado na dominação de subjunção do oponente, que motivado pela expropriação de bens, quer simplesmente para se evidenciar sua superioridade. E nessa linha evolutiva, impera a superioridade intelectual, em substituição à força bruta.

Esta substituição mostra-se em tempos modernos, na instituição do Direito e da lei, forças que regem uma comunidade, uma vez que esta estabelece regras para sanar situações conflituosas, as quais são vigiadas na sua aplicação por autoridades constituídas. Porém, ainda se faz guerra como forma de se conseguir a paz, fato que o Direito e a lei não conseguem evitar, nem assegurar a convivência pacífica entre os homens. Porém, se o

Direito e a lei não inibem a violência, são, contudo, elementos determinantes para que se tenha uma ordem internacional mais justa, com menos injustiças e insatisfações.

O conceito para *terrorismo*, não importa suas motivações, leva sempre à conclusão de que é uma prática que visa impingir medo, destruir as resistências emocionais (e muitas vezes físicas) a fim de se instaurar novos regimes ou se incutir ideologias; diferem, contudo, com atos bélicos estrategicamente planejados, vistos em guerrilhas e conflitos deflagrados entre nações.

Tem sido tratado com cuidado especial pelo Direito Internacional nas últimas décadas, principalmente depois dos atentados de 11 de setembro de 2001; porém sua prática remonta aos anos 30 do século XX, quando se firmou a *Convenção de Genebra para a Prevenção e Repressão do Terrorismo*, em 1937, momento em que a comunidade internacional define os atos que se classificam como terroristas, que em síntese, são como atos contra o Estado, a vida e a liberdade.

Os Estados signatários dos tratados que definem os instrumentos de Direito Internacional de prevenção e repressão ao terrorismo, comprometem-se, assim, não só a punir internamente tais atos como também cooperar para a sua repressão em âmbito internacional. O Brasil, como preceito constitucional (Art. 4º, inciso VIII), compromete-se a tomar todas as medidas necessárias para prevenção e punição de atos terroristas, tendo-os como crimes de interesse internacional, tipificados como delitos contra a vida humana.

Atualmente, o Direito Internacional tem como fundamentos a cooperação internacional para a punição e prevenção contra crimes que violam direitos humanos na esfera nacional e internacional, destacando-se, para tanto, o *Tribunal Penal Internacional*, que se mostra como uma evolução no sentido de se criar um sistema judicial internacional permanente, independente e parcial, assegurando-se assim os direitos e a proteção da pessoa humana e das populações.

Apreciação:

A autora transita em meio à história do comportamento humano manifesto em atos de violência, como forma de se atingir objetivos quase sempre de conotação política, ilustrando o texto com rica fundamentação nos atos do Direito Internacional que trata do terrorismo. Relaciona atos recentes de terrorismo à necessidade da organização e instituição do ordenamento jurídico internacional, vigiado por instituições com autoridade reconhecida internacionalmente, os quais, se não darão cabo de atos terroristas, indubitavelmente assegurariam os direitos da humanidade, o que se tornaria

possível pelo alinhamento do Direito Internacional com as leis dos estados. Poderia se ter, ainda que no plano teórico, uma sociedade mundial mais justa, menos insatisfações entre os povos e o princípio da cooperação, ato que indubitavelmente inibiria atos classificados como terroristas, possibilitando ao homem conviver de forma menos primitiva com a sua constituição natural (violência) evocada por Freud e lembrada pela autora no início do texto resenhado.

Indicação do texto:

Recomendada para todo cidadão que naturalmente envolve-se com o processo de formação de consciências, vistos em atos educativo-pedagógicos. Porém, sua destinação específica é à estudantes de Direito, para que compreendam os princípios básicos do Direito Internacional no tocante ao vilipêndio aos direitos do homem, que extrapola ideologias e fronteiras.

Dados do resenhista:

Resenha elaborada por Teófilo Lourenço de Lima, professor universitário e acadêmico do curso de Direito do CEULJI/ULBRA, a fim de atender a exigências da disciplina Direito Internacional, sob titularidade do Professor Ms. Fabrício Carlos Zanin. E-mail: limateo@bol.com.br.